

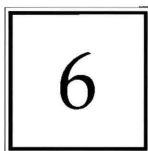
LUIZ FUX  
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA  
WALBER DE MOURA AGRA

*Coordenadores*

Luiz Eduardo Peccinin

*Organizador*

# DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL



Belo Horizonte



2018

Sumário:

PARTE I

**O PROCESSO ELEITORAL E SEUS FUNDAMENTOS**

CAPÍTULO 1

**O ALCANCE DO CONCEITO DE PROCESSO JURISDICIONAL ELEITORAL NO DIREITO BRASILEIRO**

LUDGEROL IBERATO .....	21
1.1 Introdução .....	21
1.2 Processo eleitoral e processo jurisdicional eleitoral .....	21
1.3 Processo jurisdicional eleitoral: o problema da identificação entre atividades administrativas e atividades jurisdicionais .....	26
1.3.1 A distinção entre a atividade jurisdicional (contenciosa e voluntária) e a atividade administrativa .....	28
1.3.1.1 Jurisdição (voluntária e contenciosa) e atividade administrativa .....	28
1.3.1.2 A jurisdição pressuposta no conflito .....	30
1.3.1.3 Crítica à concepção da jurisdição com base exclusivamente no conflito .....	32
1.3.1.4 Jurisdição fundada na ausência de interesse do Judiciário na causa .....	36
1.3.1.5 Apreciação crítica .....	38
1.3.2 Propostas de sistematização das atividades da Justiça Eleitoral .....	43
1.4 Conclusões .....	45
Referências .....	45

CAPÍTULO 2

**O PROCESSO JUDICIAL (ELEITORAL) COMO GARANTIA DE LIBERDADE CONTRAJUDICIÁRIA**

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA .....	49
2.1 Introdução .....	49
2.2 Instituições .....	51
2.3 Instituições e Constituição .....	53
2.4 Instituições de garantia .....	55
2.5 Instituições de poder .....	57
2.6 Processo como instituição de poder .....	58
2.7 Processo como instituição de garantia – 1 .....	60
2.8 Processo como instituição de garantia – 2 .....	61
2.9 Processo e devido processo legal .....	63
2.10 Processo como instituto de direito constitucional .....	65
2.11 Processualística como constitucionalística .....	67
2.12 Remate .....	69

CAPÍTULO 3

**O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ELEITORAL: UM ESTUDO SOBRE A RESOLUÇÃO DO TSE Nº 23.478, DE 10.5.2016**

ELAINE HARZHEIM MACEDO .....	71
3.1 Introdução: uma dívida a ser solvida .....	71
3.2 A Resolução nº 23.478/16 e o art. 15 do CPC/15 .....	73
3.3 Disposições gerais e normas fundamentais do processo: diálogo com o conflito eleitoral .....	76
3.3.1 Vedação da decisão surpresa e contraditório .....	76
3.3.2 Gratuidade .....	77
3.3.3 <i>Amicus curiae</i> .....	77
3.3.4 Sistema de justiça multiportas .....	79

3.3.5	Omissões da resolução.....	80
3.4	Prazos processuais.....	81
3.5	Atos processuais .....	84
3.6	Tutela provisória.....	85
3.7	Procuradores .....	87
3.8	Ordem dos processos no tribunal .....	87
3.9	Recursos e precedentes vinculantes.....	88
3.10	Disposições finais e transitórias .....	91
3.11	À guisa de considerações finais.....	92
	Referências.....	92

#### CAPÍTULO 4

##### O PROCESSO JURISDICIONAL ELEITORAL E SEUS FUNDAMENTOS: DIREITOS POLÍTICOS, INELEGIBILIDADES E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

	MICHELLE PIMENTEL DUARTE.....	95
4.1	Introdução .....	95
4.2	Fundamento material do processo jurisdicional eleitoral .....	96
4.2.1	A centralidade do art. 14, §9º da Constituição Federal no sistema jurídico eleitoral.....	100
4.3	A tutela adequada ao direito material.....	103
4.4	Devido processo legal e processo jurisdicional eleitoral .....	107
4.5	Conclusão .....	118
	Referências.....	119

#### CAPÍTULO 5

##### O PROCESSO ELEITORAL COMO GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

	PATRÍCIA HENRIQUES RIBEIRO.....	125
5.1	Introdução .....	125
5.2	O processo eleitoral brasileiro .....	126
5.3	Garantias processuais aplicadas ao processo eleitoral.....	129
5.4	O devido processo legal: ampla defesa e contraditório.....	132
5.5	Motivação das decisões judiciais.....	133
5.6	Isonomia entre as partes: a paridade de armas.....	136
5.7	Conclusão .....	138
	Referências.....	139

### PARTE II

## AS AÇÕES ELEITORAIS TÍPICAS

#### CAPÍTULO 1

##### AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA E OS LIMITES DO RECONHECIMENTO SUPERVENIENTE DAS INELEGIBILIDADES

	PEDRO DE MENEZES CARVALHO.....	143
1.1	Introdução .....	143
1.2	Conteúdo jurídico da inelegibilidade superveniente.....	143
1.3	Incidência do princípio da segurança jurídica e do princípio da confiança na seara eleitoral .....	145
1.4	Incidência temporal da inelegibilidade superveniente.....	149
1.5	Há possibilidade de utilização da impugnação ao registro de candidatura em matéria superveniente?.....	152
1.6	O cabimento do recurso contra expedição de diploma como meio processual adequado para questionar as inelegibilidades supervenientes .....	153
1.7	Conclusão .....	155
	Referências.....	155

#### CAPÍTULO 2

##### BREVES APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

	RODRIGO NÓBREGA FARIAS.....	157
2.1	A relevância da ação de impugnação de mandato eletivo na Constituição Federal de 1988.....	157
2.2	O rito da ação de impugnação de mandato eletivo diante da vigência do Novo Código de Processo Civil .....	158
2.3	O NCPC e a produção de prova no âmbito da ação de impugnação de mandato eletivo .....	163
2.4	O NCPC e a contagem do prazo recursal na ação de impugnação de mandato eletivo.....	167
2.5	Os efeitos dos recursos na ação de impugnação de mandato eletivo e o retrocesso diante da vigência da Lei nº 13.165/15 ..	171
	Referências.....	175

### CAPÍTULO 3

#### A EVOLUÇÃO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL E A ATUAL POSIÇÃO PREFERENCIAL QUE OSTENTA NO COMBATE AOS ABUSOS PRATICADOS FRENTE AOS DEMAIS INSTRUMENTOS EXISTENTES NO ORDENAMENTO

PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK .....	177
3.1 Introdução .....	177
3.2 A coexistência de ações típicas eleitorais e a evolução histórica da AIJE.....	178
3.3 Efeitos processuais decorrentes da previsão de cominação de inelegibilidade em AIJE.....	181
3.4 Uma ponderação final.....	187
Referências.....	187

### CAPÍTULO 4

#### A REPRESENTAÇÃO POR CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS E SUA CONVIVÊNCIA COM A INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR ABUSO DE PODER POLÍTICO

ALEXANDRE FRANCISCO DE AZEVEDO, MARINA ALMEIDA MORAIS.....	189
4.1 Introdução .....	189
4.2 Ações eleitorais de combate ao abuso de poder político: aspectos formais.....	190
4.2.1 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) .....	190
4.2.1.1 Cabimento e legitimidade .....	190
4.2.1.2 Aspectos relevantes.....	195
4.2.2 Representação por conduta vedada a agentes públicos – Arts. 73 a 78.....	195
4.2.3 Dos efeitos da procedência.....	197
4.3 Evolução jurisprudencial e o afastamento da cassação como penalidade na representação por conduta vedada .....	198
4.4 Gravidade das circunstâncias <i>versus</i> proporcionalidade e o risco de decisões conflitantes.....	200
4.5 Considerações finais.....	204
Referências.....	205

### CAPÍTULO 5

#### A LIBERDADE DO ELEITOR GARANTIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97

KARINA KUFA, DANILO ATALLA.....	207
5.1 Conceito .....	207
5.2 Breve histórico da representação por captação ilícita de sufrágio .....	208
5.3 Causa de pedir .....	211
5.4 Legitimidade ativa e passiva.....	211
5.5 Competência.....	212
5.6 Desistência da ação.....	212
5.7 Prazo para ajuizamento da representação .....	213
5.8 Procedimento. Rito processual .....	213
5.9 Caracterização da conduta. Pedido implícito de votos.....	216
5.10 Sanções aplicáveis no caso de procedência da ação .....	216
5.11 Participação de terceiro na captação de ilícita de sufrágio.....	217
5.11.1 Eficácia das normas eleitorais.....	217
5.11.2 Igualdade ou isonomia perante a lei .....	218
5.11.3 Participação do candidato e/ou prova robusta de sua anuência .....	218
5.12 Conclusão .....	221
Referências.....	221

### CAPÍTULO 6

#### AÇÃO RESCISÓRIA NO DIREITO ELEITORAL: EM BUSCA DE SUA REAL EFETIVIDADE

ROGÉRIO CARLOS BORN .....	223
6.1 Introdução .....	223
6.2 Fontes e natureza jurídica .....	224
6.3 Mérito .....	224
6.4 Vícios rescindíveis .....	225
6.4.1 Vícios rescisórios .....	225
6.4.2 Vícios rescisórios.....	227
6.5 Legitimidade .....	228
6.6 Antecipação da tutela .....	228
6.7 Ação anulatória <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	229
6.8 Considerações finais.....	230
Referências.....	230

PARTE III  
CONTENCIOSO ELEITORAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

CAPÍTULO 1

O NOVO CPC E A PROTEÇÃO DO DIREITO ELEITORAL

RODRIGO LÓPEZ ZILIO .....	235
1.1 Introdução .....	235
1.2 O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais .....	236
1.3 A prestação jurisdicional eleitoral: características singulares.....	239
1.4 A prestação jurisdicional eleitoral tempestiva e constitucionalmente adequada .....	242
1.5 A aplicação do Novo CPC no processo eleitoral: o art. 15 da Lei nº 13.105/15 e a Resolução nº 23.478/2016.....	245
1.6 O problema das liminares monocráticas.....	250
1.7 Conclusão .....	257

CAPÍTULO 2

O CONTRADITÓRIO COMO DIREITO DE INFLUÊNCIA E DE NÃO SURPRESA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

GUSTAVO BOHRER PAIM .....	259
2.1 Introdução .....	259
2.2 Normas fundamentais de direito processual .....	260
2.3 O contraditório como direito de influência e de não surpresa .....	263
2.4 O contraditório no direito processual eleitoral .....	267
2.5 Conclusão .....	270
Referências.....	270

CAPÍTULO 3

DA IMPOSSIBILIDADE DO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE DAS PARTES NO PROCESSO ELEITORAL

MARIA PAULA PESSOA LOPES BANDEIRA, MARIA STEPHANY DOS SANTOS.....	273
3.1 Introdução .....	273
3.2 Normas processuais eleitorais .....	274
3.3 Aspectos constitucionais e o seu influxo na seara processual .....	275
3.4 O que são as cláusulas gerais do acordo de procedimento, art. 190, NCPC e qual a sua finalidade? .....	279
3.5 A inaplicabilidade das cláusulas negociais no processo eleitoral: aspectos gerais.....	283
3.6 Considerações finais.....	287
Referências.....	288

CAPÍTULO 4

A NATUREZA COLETIVA DA AÇÃO ELEITORAL

FLÁVIO CHEIM JORGE .....	291
4.1 Introdução .....	291
4.2 A natureza coletiva da ação eleitoral.....	291
4.3 O viés individualista do CPC .....	294
4.4 Legitimidade .....	295
4.5 Identificação da ação coletiva eleitoral.....	296
4.6 Coisa julgada <i>secundum eventum probationes</i> .....	298
4.7 Intervenção de terceiros.....	299
4.8 Conclusão .....	303
Referências.....	304

CAPÍTULO 5

ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA E CORREÇÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA NO PROCESSO ELEITORAL

JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAÍDE JÚNIOR, ROBERTO P. CAMPOS GOUVEIA FILHO .....	305
5.1 Considerações iniciais.....	305
5.2 Breve noção sobre a correção da ilegitimidade passiva e sua compatibilidade/utilidade relativamente ao processo eleitoral.....	307
5.3 A analítica da correção da ilegitimidade passiva estabelecida no NCPC.....	312
5.4 Conclusões.....	316

## CAPÍTULO 6

### O LITISCONSÓRCIO NAS AÇÕES ELEITORAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA

ANA MÁRCIA MELLO.....	319
6.1 Introdução .....	319
6.2 Litisconsórcio. Breves anotações .....	319
6.3 Incidência das normas processuais nas ações eleitorais .....	322
6.4 A jurisprudência eleitoral a respeito do litisconsórcio.....	323
6.4.1 Ação de impugnação de registro de candidatura (art. 3º, da LC nº 64/90) .....	323
6.4.2 Ação de investigação judicial eleitoral (art. 22 da LC nº 64/90) e representações eleitorais por captação ilícita de sufrágio (41-A da Lei nº 9.504/97) e por conduta vedada (art. 73, da Lei nº 9.504/97) .....	329
6.4.3 Ação de impugnação de mandato eletivo (art. 14, §10, CR/88), representação por captação ou gastos ilícitos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97) e recurso contra a expedição de diploma (art. 262, CE).....	333
6.5 Considerações finais.....	338
Referências.....	338

## CAPÍTULO 7

### O AMICUS CURIAE COMO INSTITUTO DE LEGITIMAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA NOVA PROCESSUALIDADE COLETIVA: CONTRIBUTO PARA UMA TEORIA DEMOCRÁTICA DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

EDILENEL ÔBO.....	341
7.1 Introdução .....	341
7.2 O <i>amicus curiae</i> na novel processualidade brasileira .....	343
7.3 O <i>amicus curiae</i> na compreensão dos tribunais de cúpula .....	345
7.4 O <i>amicus curiae</i> na ação de impugnação de mandato eletivo.....	350
7.5 Conclusão .....	353
Referências.....	353

## CAPÍTULO 8

### FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO, PROCESSO ELEITORAL E TUTELA PROVISÓRIA

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI, RENE SAMPAR .....	357
8.1 As <i>fake news</i> e seus impactos na sociedade da informação.....	357
8.2 Liberdade de expressão, pós-verdade e as <i>fake news</i> .....	364
8.3 Técnicas processuais e tutelas provisórias de urgência no direito eleitoral .....	368
Referências.....	371

## CAPÍTULO 9

### A ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E O CABIMENTO DA TUTELA DA EVIDÊNCIA (LIMINAR) NO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL, PAULO ROBERTO DE CARVALHO LYRA.....	375
9.1 Introdução .....	375
9.2 <i>Stare decisis</i> : origem da doutrina dos precedentes vinculantes no regime da <i>common law</i> e a preocupação do CPC-2015 com a revogação ou alteração da <i>ratio decidendi</i> .....	375
9.3 A força jurídico-normativa das decisões do TSE e o caráter oficioso-inquisitivo da jurisdição eleitoral.....	379
9.4 A estabilização das decisões e o problema da (in)segurança jurídica da jurisprudência eleitoral.....	382
9.5 Revogação dos precedentes ( <i>overruling</i> ).....	384
9.6 Do cabimento da tutela provisória (de urgência e da evidência) no processo eleitoral .....	385
9.7 O cabimento da tutela da evidência-liminar no processo judicial eleitoral.....	387
9.8 Conclusão .....	389
Referências.....	390

## CAPÍTULO 10

### O ART. 23 DA LC Nº 64/90 EM FACE DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL

JOÃO ANDRADE NETO.....	393
10.1 Introdução .....	393
10.2 O estado da arte: a doutrina sobre o art. 23 da LC nº 64/90 .....	396
10.3 A incompatibilidade do art. 23 da LC nº 64/90 com o NCPC .....	398
10.3.1 Fatos públicos e notórios, indícios e presunções .....	398
10.3.2 Livreapreciação.....	400
10.3.3 Circunstâncias ou fatos não indicados ou alegados pelas partes.....	402
10.4 A inconstitucionalidade do art. 23 da LC nº 64/90 .....	404
10.4.1 O direito fundamental à fundamentação das decisões judiciais .....	405
10.4.2 Os problemas da decisão do STF na ADI nº 1.082 .....	407

10.4.2.1 Princípios vazios (sem conteúdo jurídico ou moral) .....	408
10.4.2.2 Princípios fracos demais (sem força normativa própria) .....	409
10.4.2.3 Conflitos artificiosos entre princípios .....	410
10.5 Considerações finais.....	412
Referências.....	413

## CAPÍTULO 11

### A INAPLICABILIDADE/REVOGAÇÃO DO “SUPERTRUNFO” DO LIVRE CONVENCIMENTO EM MATÉRIA ELEITORAL, ANTE A VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE.....	417
11.1 Dap roblemática.....	417
11.2 Do dever constitucional de fundamentação das decisões e da crítica ao subjetivismo das decisões judiciais, especialmente em matéria eleitoral.....	418
11.3 Da problemática quanto à constitucionalidade do parágrafo único do art. 7º e do art. 23, ambos da Lei Complementar de nº 64/90, sob inc. IX do art. 93 da CRFB/88 e a nova ótica do efetivo contraditório e da valoração de provas postas no NCPC.....	420
11.3.1 Do efetivo contraditório no Novo Código de Processo Civil.....	421
11.3.2 Da aplicabilidade das disposições no Novo Código de Processo Civil aos feitos eleitorais.....	422
11.3.3 Da superação/revogação do parágrafo único do art. 7º e do art. 23, ambos da LI, pela implementação dos arts. 9º, 10, 11, 15, 371, 489, 927, 933 e §1º, todos do NCPC.....	424
11.4 Considerações finais.....	426
Referências.....	427

## CAPÍTULO 12

### FORÇA EXECUTIVA DAS DECISÕES NAS AÇÕES ELEITORAIS E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

RENATA C. VIEIRA MAIA .....	429
12.1 Introdução .....	429
12.2 Do processo contencioso eleitoral e a aplicação subsidiária e supletiva do CPC/15.....	430
12.3 Do cumprimento de sentença.....	432
12.3.1 Breve esorço histórico .....	432
12.3.2 Do procedimento de cumprimento de sentença pelo CPC/15.....	434
12.3.3 Do procedimento de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou entregar .....	436
12.3.4 Do cumprimento de obrigação de pagar quantia certa .....	439
12.3.5 Da impugnação ao cumprimento de sentença.....	439
12.3.6 Do protesto ou inclusão do nome do devedor em cadastros restritivos de crédito .....	441
12.4 Do cumprimento de sentença na Justiça Eleitoral .....	442
12.4.1 Considerações iniciais.....	442
12.4.2 Do procedimento de cumprimento de sentença para cobrança dos créditos apurados em favor do Tesouro Nacional ou do Fundo Partidário, em prestação de contas eleitorais – Res. nº 23.464/2015 e Portaria PGU nº 2/2016.....	443
12.4.2.1 1ª fase – Fase pós-processual, prévia, ao cumprimento de sentença – Voluntária administrativa – Justiça Eleitoral .....	443
12.4.2.2 2ª fase – Fase prévia ao cumprimento de sentença – Administrativa – Fase de cumprimento voluntário na Procuradoria da União competente .....	444
12.4.2.3 3ª fase – Fase voluntária processual – Cumprimento de sentença voluntário – Justiça Eleitoral .....	445
12.4.2.4 4ª fase – Fase de execução forçada do cumprimento de sentença – Justiça Eleitoral.....	445
12.5 Considerações finais.....	446
Referências.....	448

## CAPÍTULO 13

### TUTELAS ESPECÍFICAS: APLICAÇÃO DE NORMAS PROCESSUAIS NO DIREITO ELEITORAL

WALTER DE AGRA JÚNIOR, ARTHUR MONTEIRO LINS FIALHO .....	451
13.1 Introdução .....	451
13.2 Bem jurídico tutelado pelo direito eleitoral.....	452
13.3 Tutelas específicas, acesso à justiça e o direito eleitoral.....	453
13.3.1 Da aplicação do CPC no direito eleitoral.....	455
13.3.2 Primazia da tutela específica e importância da tutela inibitória no direito eleitoral.....	456
13.4 Cognição sumária e a tutela específica eleitoral .....	458
13.5 Considerações finais.....	462
Referências.....	462

## CAPÍTULO 14

### CASSAÇÃO DE MANDATO NA JUSTIÇA ELEITORAL E TÉCNICAS PROCESSUAIS (DE ACORDO COM O NCPC E A ADI Nº 5.525)

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA.....	465
14.1 Introdução .....	465
14.2 Entendendo as cassações de mandato. A técnica do ressarcimento na forma específica .....	466
14.3 A Constituição Federal fixa a cassação como a consequência única para a prática de abuso com potencialidade. Inexistência de vinculação ao julgamento do recurso ou ao trânsito em julgado .....	469
14.4 O mito da irreversibilidade no Direito Eleitoral .....	472
14.5 Eficácia imediata da sentença de cassação. O ônus do tempo do julgamento do recurso.....	474
14.6 A questão deve ser resolvida na análise do caso concreto. Tutela provisória .....	475
14.7 Cassação com antecipação de tutela em sentença para elidir o efeito suspensivo do recurso. O aporte da tutela de evidência .....	476
14.8 Momento da realização de novas eleições. O problema da cisão do ressarcimento na forma específica .....	481
Referências.....	482

## PARTE IV

### PROVAS NO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

#### CAPÍTULO 1

##### ANTIGAS E NOVAS REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO ELEITORAL

FLÁVIO LUIZ YARSHELL.....	489
1.1 Tema já tratado e a ser retomado .....	489
1.2 Ônus da prova e formação do convencimento do juiz: a ideia de <i>standards</i> probatórios no processo eleitoral.....	490
1.3 Alteração do ônus probatório em processos não sancionadores: possibilidade em prol do exercício de direitos políticos ....	502

#### CAPÍTULO 2

##### O DIREITO PROBATÓRIO ELEITORAL À LUZ DO CPC 2015: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

ANTÔNIO VELOSO PELEJA JÚNIOR .....	505
2.1 Visão geral .....	505
2.2 A prova na tentativa de reconstrução da verdade.....	506
2.3 Fundamentação analítica.....	507
2.4 O CPC e assuntos correlacionados à seara eleitoral .....	508
2.4.1 Teoria dinâmica do ônus da prova na seara eleitoral.....	508
2.4.2 Interrogatório e depoimento pessoal.....	513
2.4.3 Ausência de contradita e eficácia da prova testemunhal.....	515
2.5 Conclusão .....	516
Referências.....	516

#### CAPÍTULO 3

##### PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL: ÀS VOLTAS COM AS GRAVAÇÕES AMBIENTAIS CLANDESTINAS

GUILHERME B. ARCELOS.....	519
3.1 Introdução .....	519
3.2 O que é isto, a gravação ambiental clandestina?.....	520
3.3 Gravações ambientais clandestinas no processo judicial eleitoral: como se manifestam? .....	521
3.4 A ilicitude das gravações ambientais clandestinas no contencioso eleitoral.....	523
3.4.1 Da afronta ao direito fundamental à <i>privacidade</i> .....	524
3.4.2 Da afronta ao princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> e ao princípio do <i>contraditório</i> : o direito de não produzir provas contra si mesmo .....	528
3.4.3 Do flagrante preparado e do ilícito impossível.....	529
3.5 Desmitificando o pretenso <i>leading case</i> da matéria: de como o STF jamais se pronunciou sobre a (i)licitude das gravações ambientais clandestinas no âmbito eleitoral .....	532
3.6 A repercussão geral recentemente reconhecida pelo STF .....	534
3.7 Conclusão .....	535
Referências.....	537

PARTE V  
**RECURSOS ELEITORAIS**

CAPÍTULO 1

O RECURSO ELEITORAL (“APELAÇÃO ELEITORAL”) E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES

BRUNO CAMPOS SILVA .....	541
1.1 Introdução .....	541
1.2 O recurso eleitoral (“apelação eleitoral”) e o Novo Código de Processo Civil (NCPC) – alguns aspectos relevantes .....	541
1.3 As decisões interlocutórias não agraváveis – Escorreita interpretação/aplicação do art. 1.009, §1º, NCPC .....	548
1.4 O “juízo de retratação” e os requisitos extrínsecos de admissibilidade, em especial a tempestividade.....	553
1.5 O efeito suspensivo <i>ope legis</i> e <i>ope iudicis</i> nos recursos de apelação e eleitoral – “Juízo de recebimento” para a declaração dos efeitos .....	556
1.6 Conclusão .....	558
Referências.....	559

CAPÍTULO 2

RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS ELEITORAIS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÂNGELO SOARES CASTILHOS.....	563
2.1 Introdução .....	563
2.2 A Justiça Eleitoral e o direito processual comum .....	566
2.3 Decisões interlocutórias na Justiça Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil .....	570
2.3.1 O agravo de instrumento contra decisões interlocutórias dos juízos eleitorais .....	573
2.3.2 O agravo regimental ou interno nos tribunais eleitorais.....	582
2.3.3 O recurso especial eleitoral em sede de decisões interlocutórias.....	585
2.4 Conclusão .....	587
Referências.....	589

CAPÍTULO 3

A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ELEITORAIS FRENTE AO CPC/15, ENTRE A EFICÁCIA E SEGURANÇA JURÍDICA

LUIZ SILVIO MOREIRA SALATA .....	591
3.1 Registros preliminares .....	591
3.2 Da irrecorribilidade da decisão interlocutória .....	595
3.3 Do mandado de segurança como medida para reforma do ato judicial .....	601
3.4 Da eficácia da decisão eleitoral e da segurança jurídica .....	605
Referências.....	608

PARTE VI

**MANDADO DE SEGURANÇA NO DIREITO ELEITORAL**

CAPÍTULO 1

MANDADO DE SEGURANÇA ELEITORAL COMO COADJUVANTE AOS RECURSOS UTILIZADOS CONTRA ATOS JUDICIAIS

DURVAL AIRES FILHO.....	613
1.1 Introdução .....	613
1.2 Seis passos para impetração da segurança .....	615
1.2.1 Juízo de adequação.....	615
1.2.2 Definição da autoridade coatora .....	616
1.2.3 Provap ré-constituída.....	617
1.2.4 Definição da matéria articulada .....	618
1.2.4.1 O dano concreto e individualizado.....	618
1.2.4.2 Mandado preventivo.....	619
1.3 Breves informes históricos .....	619
1.3.1 Ausência do disciplinamento em relação ao ato judicial.....	619
1.3.2 Possibilidade da segurança em face do ato judicial .....	620
1.3.3 O desprestígio do mandado de segurança como sucedâneo recursal.....	621
1.3.4 O velho novo mandado de segurança.....	622
1.4 Mandado de segurança ou medida cautelar: eis a questão.....	623
1.5 Cabimento do mandado de segurança contra ato judicial .....	626
1.5.1 Do ato administrativo desprovido de recurso e de efeito suspensivo .....	627

1.5.2	De qualquer decisão judicial.....	628
1.5.3	Da decisão que caiba recurso sem efeito suspensivo .....	629
1.5.4	Da decisão irrecurável.....	629
1.6	Conclusões.....	632
	Referências.....	634

## CAPÍTULO 2

### MANDADO DE SEGURANÇA NO PROCESSO ELEITORAL: COMPETÊNCIA E MODIFICAÇÕES DECORRENTES DO CPC/15

JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO .....	637	
2.1	Introdução .....	637
2.2	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral.....	638
2.3	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento, competência e aplicação do Novo CPC.....	641
SOBRE OS AUTORES.....	647	